



Lusofonia – Desenvolvimento e Cultura – Colaboração ou Mútua Exclusão *

Guilherme d'Oliveira Martins**

p. 19-22

A evolução recente da vida económica e social no contexto da globalização obriga-nos a compreender que o desenvolvimento humano tem de constituir uma preocupação fundamental no sentido da superação da crise. A profundidade dos efeitos da presente situação em termos de justiça exige que a criação seja devidamente valorizada em lugar da especulação e do imediatismo. Neste sentido, o valor da cultura, da comunicação, da educação e da ciência ganha um significado essencial. Se a cultura põe em confronto a sociedade humana e a transformação do mundo e da natureza, a verdade é que só se a economia estiver atenta a esse efeito é que será possível pôr as pessoas em primeiro lugar e pensar as respostas à crise a partir do desenvolvimento humano e da consideração da eminente dignidade da pessoa como factores de rotura relativamente à inércia destrutiva a que temos assistido. Numa palavra: cultura e desenvolvimento são faces da mesma moeda, completando-se através da criatividade e da justiça.

1. A crise financeira que vivemos e cujos efeitos sentimos duramente deve-se às seguintes razões: o crédito barato gerou a ilusão de que poderíamos viver sem criar riqueza; passámos a viver acima das nossas possibilidades com os recursos das gerações futuras e caímos na ilusão perigosa de que o crescimento é ilimitado e desonera-nos das responsabilidades ligadas à justiça distributiva e à equidade. Perante estas circunstâncias colocou-se na ordem do dia a ilusão contabilística e o imediatismo, com consequências trágicas. Se se falou muito de cultura, no entanto tem-se falado pouco da capacidade criadora e de uma economia humana. Bento XVI, na encíclica “*Caritas in Veritate*”, alerta para a necessidade de romper com o ciclo vicioso – aumento das necessidades e esgotamento irremediável dos recursos naturais. Estamos perante o conceito de desenvolvimento humano que tem de voltar a ser valorizado – o que obriga a recordarmos Paulo VI quando nos dizia que o desenvolvimento é o novo nome da Paz.

* Intervenção proferida na sessão de encerramento do Seminário “*Lusofonia: Valores e Desenvolvimento*”, promovido pela Organização Não Governamental para o Desenvolvimento *Leigos para o Desenvolvimento*, no âmbito das comemorações do seu 25.º aniversário. Porto, Auditório da Universidade Católica Portuguesa, 19 de Janeiro de 2012

** **Presidente do Centro Nacional de Cultura.**

2. O desenvolvimento humano é um conceito qualitativo que se contrapõe ao mero crescimento económico, de índole quantitativa. Etimologicamente, economia significa a regra da casa (*oikos + nomos*), estamos diante de uma noção intimamente ligada às pessoas concretas e à sua relação comunitária. Também, ecologia (*oikos + logos*) tem a ver com o conhecimento da casa. Em ambas as palavras estamos a lidar com as relações interpessoais que obrigam à ligação efectiva entre liberdade e responsabilidade. Ao falarmos da relação triangular entre economia, sociedade e cultura estamos-nos a reportar à exigência de encarar a economia como um ramo do conhecimento que apela ao aprofundamento da compreensão entre as pessoas e a uma relação equilibrada com a natureza. A sociedade tem de ser entendida como comunidade de pessoas livres e responsáveis, enquanto a cultura corresponde à capacidade criadora da humanidade em bases de sustentabilidade, equilíbrio e justiça. A cultura tem, assim, a ver com a vida e não pode ser vista como um luxo dispensável e não essencial.

3. Se há pouco referi que o desenvolvimento é um conceito de índole qualitativa, ligado aos valores humanos, à capacidade de conhecer e compreender e à ética da dignidade e do respeito mútuo – importa salientar que a economia humana obriga a percebermos que a sociedade se humaniza pela criação da pessoa pela pessoa. Como disse François Perroux, temos de entender a dialéctica da vida económica e social que relaciona o dom, a troca e a coacção. O dom tem a ver com a gratuidade que se exige na relação intersubjectiva de respeito mútuo e de reconhecimento da dignidade de todos – com vista à realização da justiça. A troca decorre da relação que se estabelece na sociedade e no mercado, tem a ver com a satisfação das necessidades e a realização de escolhas a que a raridade e a escassez sempre obrigam. A coacção relaciona-se com a exigência da criação de condições para a confiança e para a coesão, que determinam a existência de um regime jurídico, a subordinação aos princípios do Estado de direito e a consagração de condições de segurança e de justiça, visando o respeito da eficiência e da equidade para todos.

4. A crise financeira cujos efeitos sofremos é, assim, uma crise de valores éticos – que afecta gravemente a evolução da economia como realidade humana. Em lugar da consideração dos meios e dos fins e da ponderação dos recursos disponíveis e das necessidades a satisfazer, bem como da partilha de responsabilidades, assistimos ao primado do imediato e da indiferença, do consumismo e da ideia perniciososa de um progresso material sem limites. A verdade é que não é possível continuarmos cegos e surdos relativamente ao esgotamento dos recursos naturais, ao esquecimento de uma concepção sustentável do desenvolvimento, à subalternização do equilíbrio ecológico e à tentação de continuar a consumir os recursos das gerações futuras. Quando lemos os “*Actos dos Apóstolos*” e deparamos aí com a partilha comunitária dos bens disponíveis, esquecemo-nos de que não estamos perante uma metáfora utópica, mas sim diante de uma exigência permanente e actual de verdade e de justiça. De facto, o reconhecimento do direito de propriedade e a liberdade de iniciativa económica não podem fazer-nos esquecer a figura do abuso do direito, a justiça distributiva e a função social da propriedade, já que os bens escassos são-nos dados para serem geridos tendo sempre em consideração a sua função pessoal e comunitária. Quando Paul Ricoeur fez a distinção entre a solidariedade e a caridade, apontou para o facto de a primeira noção ter a ver com a relação entre sócios, membros de uma sociedade

ou de uma comunidade de destino, com obrigações e deveres mútuos de cooperação e de defesa de interesses comuns, enquanto a caridade, ligada à noção de cuidado, segundo a raiz etimológica da palavra, se relacionar com os próximos, chamando-nos ao conceito de amor cristão (*agapé*). O que está em causa na relação ética subjacente à existência de uma comunidade é a complementaridade entre a autonomia e a liberdade individual, por um lado, e a responsabilidade pessoal, por outro. Como pessoas dotadas de dignidade todos somos responsáveis – individualmente, comunitariamente e na relação interpessoal de respeito mútuo e de interacção. Eis o que está no centro da criatividade da cultura. Somos sujeitos activos, somos cidadãos, somos agentes de criação na relação transformadora que estabelecemos com a natureza. Daí a importância da cultura como herança e memória, mas também como criação – por contraponto à ilusão das economias de casino e à indiferença.

5. E chegamos à lusofonia como exemplo de criação cultural em acto. Falamos de diálogo entre culturas e de uma cultura de várias línguas. Mas não há aqui contradição. A língua portuguesa é um importante veículo de identidade e de diferença, de unidade e de diversidade. António Alçada Baptista viu bem ao falar de um espaço de afectos – não tanto como uma referência idílica ou utópica, mas como um ponto de encontro plural e complexo. O que é a identidade da lusofonia? Não uma tendência uniformizadora e eurocêntrica, mas um encontro de forças centrífugas e centrípetas. Daí as várias culturas que têm de ser valorizadas: desde o cais europeu a África, ao Brasil, mas também ao Índico e ao Extremo Oriente. O “papiar cristão”, a língua franca do século XVI, é um símbolo que corresponde a várias culturas e comunidades. Quando chegamos às Molucas, por exemplo, compreendemos que a memória dos portugueses é ainda hoje baseada no facto de termos sido sobretudo comerciantes e missionários, mais do que conquistadores ou burocratas. Deixámos as especiarias (o cravinho e a noz-moscada) e tornámos próspero um lugar que vivia isolado do mundo... E foi esse diálogo cultural que nos enriqueceu mutuamente e que não pode ser esquecido.

6. Cultura de várias línguas? Não há aqui nem paradoxo nem incoerência. Quando falamos de uma cultura de projecção global não podemos deixar de referir que há sempre várias línguas envolvidas. Como? Antes do mais, refiram-se os crioulos, mas também as línguas locais ou regionais dos Países de Língua Portuguesa. A diversidade linguística é um factor de enriquecimento cultural. Por outro lado, num mundo global há complementaridades entre as línguas de maior projecção planetária que devem ser aprofundadas. Deste modo, as três línguas europeias de maior projecção mundial (o inglês, o espanhol e o português) deverão considerar estratégias complementares de que todos beneficiarão num tempo em que o multilinguismo deve ser favorecido e incentivado, como garantia de melhor comunicação e de enriquecimento cultural.

Compreende-se, assim, que uma das respostas à actual crise financeira e de valores exige uma atenção especial à cultura, à língua, à educação e à ciência – em suma, trata-se de perceber que hoje é a aprendizagem, a capacidade de aprender mais e melhor, que caracteriza o desenvolvimento humano.

Só há economia para as pessoas se o valor da cultura for realçado. Em lugar da ilusão, do imediatismo e da indiferença, temos de contrapor o universalismo da dignidade humana, como tem sido salientado por Edgar Morin. E é pelo reconhecimento da dignidade

que podemos ligar criação e justiça, liberdade e responsabilidade, identidade e diferença, autonomia e respeito mútuo. No fundo, quando se fala de crise de valores estamos, a um tempo, a chamar a atenção para a consideração de uma hierarquia que não inverta a relação entre meios e fins, entre técnica e sentido. Os instrumentos não podem esquecer os fins, a técnica não pode ocupar o espaço do sentido. A valorização da cultura não corresponde, assim, a uma qualquer panaceia, mas sim à consideração dos fins (e não apenas dos meios) e de um sentido humano para a acção das pessoas no tempo. A economia para as pessoas exige a consideração da cultura e da projecção universal da dignidade humana. Só assim a justiça e a verdade não serão vãs.

7. De tudo o que fica dito, importa responder à pergunta que nos foi formulada de início. Julgo que a crise financeira, com que nos debatemos, que o primado do imediatismo e da indiferença formulam facilmente uma resposta. Ao falar de cultura referimos a criatividade e a capacidade de inovar. Cultivar é lançar a semente à terra e colher o fruto. Estamos no cerne da sociedade baseada nas pessoas. A cultura não pode, assim, ser vista como um luxo ou uma flor de botoeira. Durante as últimas décadas criou-se a ilusão de que a riqueza crescia por força do aumento da velocidade de circulação da moeda. Os resultados estão à vista. Cultura e desenvolvimento, criação e justiça têm de se ligar, como duas faces da mesma moeda.

Afinal, o que mais vale é o que não tem preço – e, no entanto, criámos uma mentalidade em que tudo se compra e se vende. A cultura permite a criação e pôr a economia ao serviço das pessoas. O desenvolvimento não pode confundir-se com o crescimento material sem limite. Cultura e desenvolvimento completam-se e só pode haver desenvolvimento humano se for criador e justo.